

6º CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITO AMBIENTAL*

NILSON VITAL NAVES

Ministro Presidente do Superior Tribunal de Justiça

Em momento de indiscutível importância, representantes de diversos países estamos reunidos para debater aspectos relevantes no que tange à melhoria da qualidade de vida da humanidade e, sem temer estar sendo demasiado incisivo, no que concerne à ingente batalha travada pelas nações para salvar a própria vida no planeta.

Cinge-se à origem dos povos a causa remota de tão descomunal tarefa. Porque dotado da faculdade de pensar, o homem sempre se sentiu impelido a modificar, a influenciar o meio, adaptando-o às suas necessidades não só de sobrevivência, mas também de consecução da felicidade, alvo primacial da vida na concepção da sabedoria grega. Assim, a essa epopéia foram sendo acrescentados novos capítulos - da revolução agrícola aos avanços da Informática e da Genética -, os quais, a par da satisfação daquelas necessidades, foram imprimindo ao legado das gerações pósteras a cor da devastação.

A propósito, refletamos sobre indagação de Kant mencionada por Norberto Bobbio na "Era dos Direitos": estaria o gênero humano em constante progresso para o melhor? Conquanto tenha o filósofo alemão julgado possível, com certa hesitação, responder afirmativamente à pergunta, o curso da História e a dantesca realidade ecológica dos tempos modernos indicam outra direção. "As forças geradas pela economia tecnocientífica", no dizer de Eric Hobsbawm, "são agora suficientemente grandes para destruir o meio ambiente, ou seja, as fundações materiais da vida humana."

* Palavras proferidas na abertura do Congresso, em 3/6/2002, São Paulo – SP.



Verdade inquestionável, as sociedades do século XXI herdaram, e em parte protagonizaram, um mundo tiranizado pelas conseqüências do desenvolvimento desenfreado, que, em detrimento do direito à vida, bem primordial do mesmo homem, tem feito campear a desolação. É o espectro do extermínio a apontar-nos o rombo na camada de ozônio, as bruscas variações climáticas, a poluição do ar, do solo e das fontes de água potável; a apontar-nos, ainda, a contaminação dos oceanos e a exaustão de lençóis freáticos, a que se soma o aniquilamento da fauna e da flora, bem como, de um lado, a extinção de culturas e, de outro, a explosão demográfica - nos últimos cem anos, a população mundial passou de um bilhão e setecentos milhões de pessoas para cerca de seis bilhões. E essa massa humana, crescendo a cada minuto, demanda mais e mais recursos naturais para sobreviver.

Evidência, entre outras inumeráveis, da devastação que se instala, a Amazônia, privilegiada reserva de ecossistemas aparentemente inesgotável, dá sinais de agonia. São alarmantes os dados registrados na Revista da UnB (Ano I, nº 2) pelo sociólogo Lúcio Flávio Pinto: a alteração da paisagem natural não ultrapassava 0,5% no início do século XX, atingindo mais de 17% cem anos depois. Em outras palavras, a degradação ascendeu de 15 mil quilômetros quadrados para mais de 700 mil. Ademais, espantosas as estimativas, consoante o professor Ricardo Albuquerque da Silva, da Universidade da Amazônia, quanto à extinção de espécies de vida, que se processa num aceleração quase incontrolável: de 1500 a 1850, foi eliminada uma espécie a cada década; nos cem anos subseqüentes, uma por ano; em 1990, desapareceram dez espécies por dia contra uma a cada hora em 2000. Decorrente da falta de políticas direcionadas para o aproveitamento ecologicamente correto dos recursos naturais, a visível assolação chegou a dar ensejo ao despropósito de se ver ameaçada a soberania do Brasil sobre a rica área.

Permitam-me aludir ao maior desastre ecológico produzido pelo homem, noticiado pela Veja de 17 de abril. O Mar de Aral, na Ásia,



está na iminência de desaparecer. Segundo especialistas, estará totalmente seco em 2010. Se a advertência se referisse apenas ao seu desaparecimento, talvez não merecesse o destaque que lhe está sendo conferido. O cerne da questão é outro: o elenco de conseqüências daí advindo. Qual o destino dos 55 milhões de pessoas que habitam a bacia daquele mar, abastecido que era ele por rios hoje desviados para fins de irrigação? Onde irão buscar trabalho, renda e alimento, se definha vertiginosamente a grande fonte de indústria pesqueira? E as tempestades de areia e sal, que confinam os moradores, até por semanas, nas suas casas? Além do mais, às doenças relacionadas com a pobreza sobrepõem-se, em nível epidêmico, o câncer, a tuberculose, a asma e outras, decorrentes do uso de agrotóxicos e do elevado teor de sal.

Estaria a perplexa humanidade passiva diante dessa conjuntura apocalíptica que vem sendo fomentada na marcha silenciosa dos milênios? É notório que não. A problemática ambiental, embora seja a Ecologia uma ciência recente, já preocupava estudiosos de outras épocas. A exemplo, o juiz Wladimir Passos de Freitas, do Tribunal Federal da Quarta Região, entende que Francis Bacon, no século XVI, pensava ecologicamente ao afirmar: "Para comandar a Natureza, é preciso obedecer-lhe."

Nos tempos modernos, tal preocupação tem-se revelado na realização de congressos mundiais e nacionais voltados para a preservação ambiental; na celebração freqüente de acordos, tratados e protocolos; também, na proliferação de leis pertinentes e na criação de órgãos governamentais e não-governamentais. Cumpre destacar, nessa escalada homérica, a evolução de diversos textos constitucionais, quer no aspecto da sua interpretação, quer no da reformulação, desde a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, realizada em Estocolmo, em 1972.

Desse elenco de reações positivas à complexa questão ambiental, destaque-se a ECO-92, ponto de referência no congresso a que ora se dá abertura. É evidente, em face das notícias sobre danificação ambiental, que ocupam o dia-a-dia da mídia, e em face do grande volume de publicações, que muito pouco se concretizou das alvissareiras propostas da Agenda 21, programa decorrente da memorável conferência. Ao contrário, nos dez anos que se seguiram, considerados pela Super Interessante (maio de 2002) como a década perdida, os problemas ambientais agravaram-se mais e mais, e a distância entre os países ricos e os pobres aumentou a olhos vistos.

Consoante estatísticas publicadas naquele veículo de comunicação, as florestas do mundo diminuíram 2,2%, fenômeno que poderá acarretar a extinção de espécies; 19% dos recifes de corais foram destruídos devido ao aquecimento global e à poluição dos mares; a emissão de carbono – um dos maiores agentes do efeito estufa – aumentou em 9%; o número de vítimas das seis doenças infecciosas que mais matam cresceu para mais de 12 milhões; as nações desenvolvidas, descumprindo o compromisso assumido na Agenda, fizeram cair em 23% as contribuições de assistência ao desenvolvimento.

É desalentador o recente relatório do Programa das Nações Unidas para o Ambiente (Programa Ambiental Global 3): entre outros preocupantes pontos, o de que 25% das espécies de mamíferos extinguir-se-ão em 30 anos e o de que 15% das espécies da Terra estariam comprometidos em decorrência dos excessos da indústria agropecuária e da mineração.

A breve amostra revela que as ações em prol do desenvolvimento sustentável têm andado a passos lentos nesta luta desigual: é infinitamente mais célere a voracidade com que políticas equivocadas, megaprojetos econômicos, biopirataria predatória, falta de humanismo das grandes potências e desinformação perpetram crimes



contra os ecossistemas, quando destes depende a continuação da vida na face da Terra.

Nem de longe promissoras, as perspectivas deparam-nos uma verdade estarrecedora: é inegável que o homem perdeu o leme. Nas pertinentes palavras do historiador Hobsbawm, já referido, “não sabemos para onde estamos indo. Contudo, uma coisa é clara. Se a humanidade quer ter um futuro reconhecível, não pode ser pelo prolongamento do passado ou do presente. Se tentarmos construir o terceiro milênio nessa base, vamos fracassar. E o preço do fracasso (...) é a escuridão”.

Não sabemos, na verdade, para onde estamos indo, mas bem entendemos que há caminhos; unamo-nos na sua busca. Para os trilhar, quando achados, não precisaremos atropelar os avanços científicos e tecnológicos, nem emperrar a máquina do progresso. Que o façamos, todavia, atentos ao entendimento do professor Édis Milaré, segundo o qual sobre os recursos naturais e bens ambientais pesa “uma hipoteca social: não se pode dispor deles livremente e a bel-prazer se interesses maiores (...) da comunidade forem violados ou indevidamente restringidos”. Também nos adverte e nos lembra o professor Marcelo Gleiser (Mais!, da Folha de S. Paulo, de 2.6.02): I - “A natureza está nos dizendo algo muito simples, mas muito importante em qualquer situação de equilíbrio instável, abusos terão consequências devastadoras”; II - “Está mais do que na hora de provarmos ao nosso planeta que somos dignos de estar aqui, que merecemos esse poder”.

Na íngreme jornada rumo à implementação, em escala mundial, do desenvolvimento sustentável, rumo ao equilíbrio entre o progresso tecnocientífico, a satisfação das necessidades humanas e a preservação das fontes da vida, faz-se mister uma mudança radical de mentalidade. Isso em todos os níveis da sociedade, de modo que a vital questão saia do âmbito do debate e se materialize em vontade política séria, urgente e eficaz, sobretudo dos países ricos, consubstanciada, entre

outros aspectos, na adesão aos acordos e no combate à exclusão social (por exemplo, há precisas informações no sentido de que mais de um bilhão de pessoas não têm acesso à água potável); de modo que a grave questão se materialize em ação harmônica de todos os segmentos da pirâmide social, daí provindo resposta aos clamores de um planeta em agonia, antes que a escuridão vaticinada por Hobsbawm nos envolva.

Cabe à Justiça, nesse processo, papel de suma importância, tendo em vista a sua missão de solucionar conflitos para dar a cada um o seu direito. Da mesma maneira, relevante o papel do Direito, mormente o Direito Ambiental - disciplina que já desponta com uma peculiaridade: seu caráter eminentemente interdisciplinar.

Senhoras e senhores, em nome do Superior Tribunal de Justiça, já reconhecido como Corte de vanguarda em termos de meio ambiente – não só pelos seus reiterados pronunciamentos jurisprudenciais, mas também pela promoção, em co-autoria com o Centro de Estudos do Conselho da Justiça Federal, de vários conclaves, dentre os quais, no ano de 2000, o seminário sobre “Água: o bem mais precioso do milênio” e, no último mês de maio, o “IV Seminário Internacional de Direito Ambiental” –, quero cumprimentar os organizadores deste importante evento pela pertinência da temática e pela escolha dos eminentes conferencistas; a estes também cumprimento na certeza de que, devido à percuciência das suas exposições e à riqueza dos debates que daí resultarão, a humanidade poderá vislumbrar raios de esperança e encontrar os tão desejados caminhos para sair do túnel no qual se encontra.

Não poderia eu encerrar esta reflexão sem enaltecer os organizadores deste Congresso pela justa homenagem ao professor Roger W. Findley e sem suscitar outra homenagem, dirigida a um dos maiores ícones da defesa ambiental, o ecologista José Lutzenberg, aclamado na Europa como o “pai” dos movimentos ambientalistas da América Latina.



Privados da presença de Lutzenberg no último dia 14, restam-nos como norte o legado intelectual e científico, o exemplo de amor à natureza e trabalho obstinado e palavras como estas, que soam qual alerta perante um mundo enfermo: “O homem desencadeou um processo de demolição que supera todas as crises anteriores.”

Muito obrigado.

